

Classes sociais em metamorfose

o caso francês

Paul Bouffartigue

Sociólogo do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS – França),
trabalha no Laboratoire d’Economie et de Sociologie du Travail em
Aix-en-Provence (Unité Mixte de Recherche CNRS,
Université de la Méditerranée et Université de Provence)

Publicado com a permissão do autor

Traduzido por Fernando Ferrone

Versão ligeiramente modificada do artigo publicado em

La Pensée, n. 341, janeiro-março de 2005

Classes sociais em metamorfose: o caso francês

A questão das classes sociais, relativamente apagada como modelo de interpretação científica e política entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1990, está de volta na França. Esse retorno, contudo, se dá em termos profundamente renovados pela atual fase da acumulação de capital. O balanço das grandes mutações da população ativa desde a Segunda Guerra Mundial não é o de uma minoração das classes populares em proveito das classes médias. Trata-se de um duplo movimento: por um lado, temos o crescente assalariamento das classes populares, e, por outro, verificamos a expansão do salariado qualificado e intermediário, ligado ao exercício das funções intelectuais, de especialização ou enquadramento. A generalização do salariado é acompanhada de perto pela progressiva diversificação de seu estatuto.

Palavras-chave: classes sociais; mundialização do capital; salariado; novos conflitos sociais.

Social classes in metamorphosis: the French case

The issue of social classes, which has been relatively relegated as a model of scientific and political interpretation between the end of the 1970's and the beginning of the 1990's, has come back to France. This return, however, occurs in deeply renewed terms due to the current phase of capital accumulation. The balance sheet of the great transformations in the working population since the Second World War is not one of a decrease in the popular classes in benefit of the middle classes. It is a double movement: on the one hand, the popular classes increasingly work in exchange of salaries, and, on the other hand, there is an expansion in the number of people working for salaries in qualified and intermediate jobs, linked to intellectual functions, those of specialization or control. The generalization of salaried work is closely followed by the progressive diversification of their statute.

Keywords: social classes; globalization of capital; salaried work; new social conflicts.

A questão das classes sociais está de volta na França. Ela pode ser vista tanto no debate público como em certos trabalhos sociológicos.¹ Foi, de um lado, a renovação das lutas, de dez anos para cá, e, ao mesmo tempo, a amplitude da desconfiança das camadas populares com a política instituída que reacenderam a discussão. Contudo, esse retorno se dá em termos profundamente renovados, que nos convidam a uma atualização das abordagens situadas na tradição oriunda de Marx. Como dar conta ao mesmo tempo do enraizamento das dinâmicas não-igualitárias no antagonismo de classe e do recuo da

¹ Este artigo se apóia na obra *Le retour des classes sociales. Inégalités, dominations, conflits*, dirigida pelo autor. Na França, o tema das classes sociais desapareceu como paradigma de leitura política e científica entre o final dos anos 1970 e o começo dos anos 1990, retornando ao debate público a partir de 1994-95, quando se inicia uma contestação do neoliberalismo com o tema da “fratura social” ou mesmo do “retorno da questão social”, época em que o grande conflito do inverno de 1995 sobre a proteção social provocou um debate quanto à natureza do ator social mobilizado. As eleições presidenciais de abril de 2002 – que testemunharam a derrota do candidato do Partido Socialista no primeiro turno para o porta-voz da extrema direita – e o referendo sobre o projeto da Constituição europeia de maio de 2005 – que viu a vitória do “não”, ao passo que todos os grandes partidos e meios de comunicação militavam pelo “sim” – jogam luz sobre a ruptura entre as classes populares e o campo político institucionalizado.

Na sociologia, o artigo de L. Chauvel (2001) é objeto de grande interesse, notadamente depois das eleições de 2002. Ele foi seguido pela constituição de um grupo de pesquisa sobre “Classes, desigualdades, fragmentação” no seio da Association Française de Sociologie e da publicação de um número da revista *Lien Social et Politiques* com o tema das classes sociais. Este último dá à luz um livro, dirigido por J. N. Chopart e C. Martin (2005), intitulado *Que reste-t-il des classes sociales?* Do lado dos sociólogos de inspiração marxista, temos a publicação de “Les nouveaux rapports de classe” (1999-2002); “Classes, exploitation. Totem ou tabou?” (2003-2); e, sob a égide de Espaces Marx e do Forum Européen, *Classes sociales: retour ou renouveau* (2003).

noção de classe como operador da identificação social e da mobilização política? A manutenção de uma certa pertinência do conceito de “classe em si” para descrever as dinâmicas objetivas das grandes diferenciações sociais vai de par com a perda de realidade da própria “classe em si” – recuo dos sentimentos de pertencimento de classe e declínio da noção de classe como operador de mobilização coletiva. Trata-se de nova fase da luta das classes, que não mais aparece animada por um grupo social central. Essa “luta de classe sem classes” nos leva a trocar nossos óculos e (re)aprender a não conceber mais estas últimas como grupos separados, passíveis de serem identificados, mas sim perpassados e trabalhados por um conflito de classe em curso de universalização. E também a colocar novamente em primeiro plano o questionamento da dialética das lutas suscetíveis de refundar o papel do povo enquanto sujeito político.

A renovação do tema das classes sociais no debate público e na sociologia na França

Compreender o paradoxo acima pressupõe de início identificar o que é novo na fase atual da acumulação de capital: hegemonia da finança, advento do Império e declínio dos Estados-nação abalam as antigas configurações de classe, ao mesmo tempo que universalizam o conflito capital-trabalho. Num país como a França, as grandes desigualdades sociais são sempre interpretáveis em termos de estrutura de classe. Embora a relação salarial tenha se tornado muito hegemônica, e apesar de uma elevação das qualificações e da ascensão das classes assalariadas intermediárias, isso não deve ocultar o peso sempre majoritário das classes populares. Essa completa difusão do assalariamento se dá num processo dominado pela explosão e o esmigalhamento das antigas solidariedades, de turvação das classes e precarização dos meios populares e de seu núcleo operário. Novas formas de dominação social desqualificam as antigas culturas polí-

ticas em sua capacidade de decodificá-las e de contestá-las, mesmo que relações fortes subsistam entre a posição objetiva nas relações de classe e as orientações políticas. O novo ciclo de luta confirma que, se a noção de classe não é mais o vetor das mobilizações, nenhum grupo social está mais, de fato, no coração da conflitualidade, nem em posição de reivindicar tal centralidade: é que o conflito de classe se metamorfoseia diante de nossos olhos, notadamente porque ele se transpõe sobre o plano de uma série de desafios e de reivindicações da civilização.

Uma nova fase de acumulação de capital

Ser fiel ao espírito de Marx é, inicialmente, lembrar que não há sociologia das classes sem sociologia do capital; sem a exploração, portanto, das dinâmicas presentes na acumulação de capital em sua relação com as evoluções das classes sociais, tanto as dominantes quanto as dominadas. As pesquisas recentes sobre as inflexões econômicas do capitalismo propõem conceitualizações diversas: “capitalismo monopolista financeiro”, “capitalismo patrimonial”, “capitalismo flexível”, “capitalismo cognitivo”. Todas elas enfatizam o mesmo fenômeno. Manteremos aqui a hipótese, doravante amplamente compartilhada, da entrada do capitalismo, desde o final dos anos 1970, numa nova fase de “mundialização” e de orientação universalmente “neoliberal”. Nessa perspectiva, o que é novo não é o processo de mundialização das trocas mercantis, o desenvolvimento da divisão internacional do trabalho, mas a mundialização financeira, dos fluxos de capitais financeiros. Segundo Gérard Duménil e Doménique Lévy (2003), trata-se de uma (re)tomada do poder dessa fração do capital no seio do capital tomado em seu conjunto, nos marcos de um período histórico que vai dos anos 1930 aos anos 1970, conhecido como o do compromisso “quadrista” – definição melhor que a de compromisso “keynesiano” –, ao longo do qual toda uma série de

mecanismos institucionais regulamentava a atividade da finança. Os quadros dirigentes beneficiavam-se então de uma certa autonomia na gestão das empresas, da economia e da sociedade.² O compromisso de classes, que contava igualmente com a participação das classes populares, começa a romper-se a partir dos anos 1970, com a finança conseguindo colocar fim aos dispositivos que entravavam a liberdade de circulação de capitais. A expansão mundial das firmas multinacionais, o novo papel das instituições financeiras internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial), o nível elevado das taxas de juros são outros fenômenos estritamente associados à globalização financeira, a qual se traduz por uma transferência massiva de lucros das empresas não-financeiras para as empresas financeiras. Longe de relançar o crescimento econômico, essas orientações fazem com que o planeta inteiro mergulhe num período de crescimento lento, de especulação e de instabilidade financeira, de estragos sociais e ambientais que se tornam tanto mais graves quanto mais nos afastamos das regiões do centro para observar as da periferia.

Nessa nova fase de acumulação flexível, a financeirização e a mundialização do capital ampliam a concorrência dos territórios, dos trabalhadores e das populações, e acentuam o desenvolvimento desigual. A multiplicação dos focos de tensão em todos os continentes, a criminalização das lutas sociais, a retomada do racismo e da xenofobia, a nova face da guerra, o aquecimento do planeta não são outra coisa senão expressão da universalização daquilo que as classes colocam em jogo – pensemos no papel desempenhado aqui pelas multinacionais do petróleo –, e que é descrito por Marx? Para além

² Bidet (2003) propõe igualmente uma conceitualização da estrutura de classe do capitalismo contemporâneo que introduz, ao lado do mercado e da propriedade, a organização e a competência como princípios estruturantes de dois pólos da classe dominante e de três frações da classe dominada (assalariados do setor privado, assalariados do Estado e trabalhadores independentes).

disso, já que tende doravante a subordinar todas as esferas da atividade humana, a lógica do capital multiplica os terrenos e aquilo que a resistência da ordem propriamente civilizacional coloca em jogo: frente ao Império, a multidão (cf. NEGRI E HARDT, 2000).

O aumento da força dos “fundos de pensão” e de outros “investidores institucionais” anglo-saxões na propriedade do capital se traduz por um deslocamento das relações de poder do interior das firmas em direção a um conjunto de acionistas em posição de exigir uma rentabilidade muito elevada, sob a ameaça de um reinvestimento quase instantâneo em outras empresas. Esse movimento vai de par com uma certa difusão da poupança financeira no sentido dos assalariados mais qualificados, vetor de multiplicação das desigualdades e do desenvolvimento de novas contradições no seio do mundo do trabalho (cf. JACOT E LE DUIGOU, 2000). Uma nova divisão internacional do trabalho aparece, na qual as velhas metrópoles industriais se especializam nas atividades de alto valor agregado. De um lado, à fragilização e ao declínio da classe operária industrial dos países do Norte corresponde a extensão de um novo proletariado nos países do Sul. O nomadismo do capital se intensifica, tomando formas de extrema violência, inclusive nas velhas metrópoles industriais, quando fábricas são brutalmente fechadas antes mesmo que os assalariados possam identificar seu adversário. O processo de polarização das riquezas, espetacular em escala mundial, não poupa o espaço nacional, reduzindo a uma pele de onagro as aristocracias operárias que se beneficiavam de uma redistribuição dos lucros ligados à exploração neocolonial, nas quais os teóricos marxistas do começo do século xx viam a base social privilegiada da corrente reformista no seio do movimento operário. A concentração de capital financeiro caminha doravante de mãos dadas com a fragmentação do tecido produtivo – a maioria dos trabalhadores está empregada hoje em estabelecimentos com menos de cinquenta funcionários, o que torna tanto mais difícil sua organização coletiva.

Em qual tipo de compromisso social essa nova hegemonia da finança no seio das classes dominantes pode se apoiar? Se um punhado de altos gestores vê seus interesses comprometidos com os da finança por meio de remunerações exorbitantes e se camadas mais largas de poupadores e de futuros aposentados – essencialmente as frações superiores do salariado – se encontram interessadas na cotação da bolsa, eles são cativos de sua fragilidade: somente uma pequena minoria se beneficia do movimento de concentração da propriedade patrimonial.³ Esse tipo de compromisso revela-se assim socialmente mais estreito e estruturalmente mais frágil que aquele estabelecido no período precedente.

Minado por contradições explosivas, a ordem neoliberal clama por sua própria superação. A principal questão é saber sobre qual tipo de aliança de classe repousará essa superação: simples restabelecimento do poder do pólo “quadrista” ou “gestor”, com relação àquele da finança, por meio de novas regulamentações do capitalismo mundial ou superação deste último imposta por uma nova era de lutas populares: alternância entre pólos das classes dominantes ou alternativa imposta pela luta dos povos? A resposta a essa questão depende de várias outras, entre as quais aquela da transformação das entidades nacionais no processo de mundialização e as resistências que ela suscita. Observa-se, com efeito, uma dissociação geral entre a “nação política” e a “nação econômica, mais ou menos enfraquecida e vulnerabilizada segundo cada caso” (DELAUNAY, 2003); mesmo a hiperpotência militar e econômica estadunidense é cada vez mais dependente da poupança externa e o “sonho americano”, que fundava essa nação, se esvai um pouco mais a cada dia perante os olhos da população trabalhadora e de largas frações de suas classes médias: o belicismo conseguirá substituí-lo de maneira duradoura? Nações

³ Nos Estados Unidos, a parte total da riqueza detida por 1% das famílias mais ricas reestabelece nos anos de 1990 seu antigo nível dos anos de 1960 (mais de um terço), após ter recuado sensivelmente de 1965 a 1975.

serão mobilizadas como porto seguro identitário – todos os populismos xenófobos estão à espreita – ou como vetores de solidariedade mais amplos?

Por trás das dinâmicas não-igualitárias, o antagonismo de classe

A crise do Estado-nação como matriz da antiga configuração de classes não impede a tentativa de descrever as dinâmicas macrosociais nessa escala com a ajuda das noções de conflito de classe e de relação de classe. Isso com a condição de lembrarmos que as classes são resultantes de suas relações – econômicas, políticas, ideológico-simbólicas – recíprocas e que a realidade de uma classe social somente pode ser apreendida quando pautada por três registros principais, a saber, comunidade de situação e de destino, sentimento de pertencimento e sujeito político. Historicamente, esses três registros coincidem somente de forma excepcional. Podemos chegar mesmo a afirmar, como Chauvel (2004), que o enfraquecimento da consciência de classe observável desde há uns trinta anos resulta, ao menos parcialmente, das dinâmicas igualitárias e promocionais conquistadas ao longo dos anos 1950-60 por meio de uma intensa luta de classes. Ao mesmo tempo, a conjuntura presente se caracterizaria por uma disjunção entre uma situação objetiva de endurecimento das desigualdades de classe e sua não-percepção subjetiva como tal. Disso decorre um risco de “dissociação” para as novas gerações, pois os valores igualitários e promocionais transmitidos pela geração precedente chocam-se com as novas realidades de classe.

As “categorias socioprofissionais”⁴ não poderiam ser a expressão direta e completa das classes, de suas relações e de seus conflitos.

⁴ Noção tipicamente francesa, bem diferente daquela de estrato social.

O pertencimento social individual é sempre mais complexo, remetendo freqüentemente a determinações de classe plurais, até mesmo contraditórias: “contar os membros das classes sociais” não faz sentido. Por outro lado, uma problemática classista não poderia ignorar os ensinamentos das estatísticas sociais, sob pena de tornar-se um discurso especulativo. A construção e a qualidade da nomenclatura francesa das categorias socioprofissionais oferecem aqui preciosos pontos de apoio para estudar certas dimensões das relações de classe. Esse modelo de classificação é resultado do compromisso interposto na Libertação⁵ entre os altos funcionários públicos e um movimento operário poderoso, e traduziu-se então pela adoção de uma representação oficial da sociedade, se não como sociedade de classes, ao menos como um espaço descontínuo, como uma sociedade de desigualdades fortemente estruturadas, e não como um espaço estratificado de maneira simples. A prevalência da situação profissional, a importância da clivagem assalariado/não-assalariado, a consideração da hierarquia das qualificações oriunda da generalização das convenções coletivas e a instalação do estatuto do funcionalismo público, tantos eles são indícios da influência da concepção marxista e da cristalização das identidades de classe próprias a esse período histórico.

A última transformação da classificação socioprofissional interveio em 1982, apoiada sobre numerosos trabalhos cumulativos – notadamente os de Bourdieu –, e atestava o peso das regularidades sociais. Ela registra a importância, ao lado da clivagem ligada ao estatuto dos ativos (assalariado ou não), da renda, e da oposição entre assalariados e não-assalariados, de um terceiro critério, que distingue o estatuto do empregador (público ou privado), fazendo da nomenclatura um espaço tridimensional. E a pertinência do conjunto como ferramenta descritiva da estrutura social da sociedade francesa deve

⁵ Refere-se à libertação da França do jugo nazista no final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). (N. do T.)

ser reafirmada, contra aqueles que garantem que uma medianização, associada a uma turvação generalizadas das fronteiras e das identidades sociais, a teriam tornado obsoleta (cf. COUTROT, 2002).

Como demonstraram A. Bihl e R. Pfefferkorn (2004) ao se apoiar num estudo exaustivo das desigualdades entre categorias sociais, apreendidas por meio da nomenclatura das categorias socio-profissionais, os fenômenos de segmentação, de hierarquização e de conflitos que caracterizam a sociedade francesa ganham ao serem interpretados em termos de persistência das classes como “fenômenos sociais totais”. Dito de outra forma, essa é uma noção que condensa os fenômenos em questão, não se tratando, portanto, de uma das formas particulares de reagrupamento dentre outras. Os modos e os estilos de vida não são homogêneos, tanto as práticas quanto os objetos de consumo permanecem muito diferenciados, de acordo com as categorias sociais. Todos os domínios da atividade social são marcados por desigualdades, formando cada vez mais um sistema. Vantagens e deficiências relativas se acumulam, seguindo um processo de polarização, nos antípodas do mito de uma “medianização” da sociedade. Essas desigualdades tendem a reproduzir-se de geração em geração, e a última década é, a esse respeito, significativa, como testemunha da retomada das desigualdades escolares entre os grupos sociais. As políticas públicas e privadas que exprimem as relações de força entre grupos sociais tenderam a acentuar essas desigualdades ao longo das últimas três décadas. Nesse sentido, a “luta de lugares” ou a “luta de classificações” não substituíram a luta de classes.

Quanto aos modos de inserção na esfera do trabalho produtivo do conjunto dos estilos de vida que forma as condições, objetivas e subjetivas, das realidades contemporâneas das classes sociais, múltiplas dimensões intervêm: escolarização, renda, mobilidade social, consumo, habitação e estilos de vida, pertencimento de gênero, de geração, origens étnicas etc. Além disso, uma parte do crescimento da população – estudantes, aposentados – mantém-se afastada do trabalho direto. É por isso que uma leitura determinista da relação

entre a situação de trabalho e de emprego e as maneiras de viver e de representar a identidade social é mais do nunca redutora. O que permanece é que a percepção das grandes dinâmicas da divisão do trabalho condiciona sempre a identificação do movimento de relações de classe. Desse ponto de vista, o primeiro dado é o da universalização do salariado.

Um salariado hegemônico, mas esfacelado, classes populares sempre majoritárias

Fim do processo de assalariamento da população ativa, em que as tendências à diversificação interna parecem vencer, de momento, as disposições à convergência, tanto no plano do emprego quanto no do trabalho; papéis decisivos das mutações produtivas, da escolarização de massa, da feminização e da precarização salarial: tais são os traços principais a partir dos quais pode-se continuar a descrever a dinâmica objetiva da paisagem de classes na França.

Como em todos os velhos países industriais, a segmentação das classes populares e médias independentes – campesinato, artesãos e comerciantes – parece estar diante de seu fim: mais de 90% da população ativa é doravante assalariada (ver tabela na p. 166). Ao generalizar-se para a maior parte das atividades de trabalho, em particular na esfera tornada dominante dos serviços, a condição salarial se diversificou muito. Ela se estende do caixa de supermercado ao médico de hospital. Já está distante a época – nos anos 1950, na França – em que o grupo operário era majoritário e melhor simbolizava essa condição. Em particular, a lógica da exploração e a da subordinação salarial que lhe foi associada, ao se difundirem nas atividades de serviços e/ou fortemente intelectualizadas, chocam-se com as exigências de autonomia e de implicação subjetiva no trabalho: as primeiras têm que compor com essas exigências, sem jamais poder plenamente reconhecê-las e realizá-las. Mas essa tensão entre o

avanço das capacidades de iniciativa e de cooperação mobilizadas no trabalho e a pressão à rentabilidade financeira se colocam doravante no conjunto do mundo do trabalho, inclusive em seus componentes menos qualificados. O salariado se estrutura hoje em três grandes conjuntos de importância numérica comparável – operários, empregados⁶ e gerentes. Dito de outra forma, mesmo que uma fração dos empregados(as) – principalmente os de escritório – possa ser legitimamente considerada pertencente às classes intermediárias assalariadas, o salariado popular ainda continua majoritário. O balanço das grandes mutações da população ativa desde a Segunda Guerra Mundial não revela uma minoração das classes populares em proveito das classes médias: o que ocorre é um duplo movimento, de assalariamento das classes populares e de expansão do salariado qualificado e intermediário, ligado ao exercício das funções intelectuais, de especialização ou enquadramento.

A diversificação do salariado, que acompanha sua generalização, nos leva a outro processo que não somente o da dinâmica das atividades produtoras. Nesta, a revolução da informação se combina com a generalização da lógica do serviço.

A ampliação da escolaridade, uma vez que ela se apoiou, por um lado, em uma mobilização dos meios populares nesse terreno, ultrapassa as necessidades estritas do capital em matéria de reprodução da força de trabalho qualificada: mais da metade dos jovens entra agora no ensino superior, ao passo que a maioria dos empregos oferecidos aos iniciantes é como empregados ou operários. Desenvolvem-se assim parcelas instruídas no seio das camadas populares, “dominadas pelos diplomas”, fenômeno que participa da abertura dessa classe a

⁶ O termo *employé*, literalmente, “empregado”, designa uma categoria intermediária de profissionais situada entre os *ouvriers* (operários), cujo trabalho seria principalmente braçal, e os *cadres* (quadros), cujo trabalho seria principalmente intelectual. Optamos pela tradução literal, pela carência de outra melhor na língua portuguesa, apesar de reconhecer que ela pode levar a incompreensões. (N. do T.)

outros mundos sociais, inclusive na esfera do trabalho, com o desenvolvimento de situações de interação (cf. SCHWARTZ, 1998). Insiste-se sobretudo na distância cultural intergeracional introduzida, assim, no seio do mundo do trabalho, e não tanto na combatividade social potencial dos jovens envolvidos. É verdade que eles vivem a experiência da exploração e da dominação de acordo com outros canais sociais diversos daqueles de seus pares mais velhos. Mas sua experiência escolar lhes abriu horizontes elevados de expectativa em matéria de emancipação individual.

A feminização do salariado – cuja taxa passa de um terço, em 1962, para quase a metade, hoje – participa igualmente de sua diversificação. De um lado, a multiplicação de trabalhadores assalariados menos qualificados e mais explorados se alimenta enormemente da dominação masculina – empregos precários, tempo parcial contraído e fracionado, tarefas obscuras de gestão do sofrimento alheio (cf. MOLINIER, 2003) –; de outro, os profissionais mais qualificados registram, de maneira mais “amortecida” à medida que subimos na hierarquia dos saberes e dos poderes, essa ascensão das mulheres. Com mais tempo de escolaridade e mais diplomadas que os homens, sobretudo quando oriundas dos meios populares, são as mulheres que vivem mais freqüentemente a experiência do deslocamento de classe evocado acima. São elas igualmente que se inserem mais massivamente no salariado público, onde encontram proteções menos presentes no setor privado.

Pois o emprego público resistiu até hoje – se não em qualidade, ao menos em quantidade – às políticas de inspiração liberal: ele representa mais de um quarto dos empregos assalariados. No contexto do desemprego de massa e da desestabilização dos empregos instaurado há cerca de vinte anos, a antiga clivagem entre “pessoal do privado e pessoal do público” (THÉLOT E SINGLY, 1988) incontestavelmente conheceu um novo vigor, a ponto de que sua condição secundária parecesse “privilegiada”. As lutas sociais, e algumas pesquisas, vêm lembrar a ligação de uma grande parte desse salariado com os meios

populares, e a experiência da vulnerabilidade e do não-reconhecimento que ela compartilha com a massa dos trabalhadores do setor privado. Quanto às populações mais precarizadas, somente uma minoria se situa por longo tempo fora de toda experiência salarial: a continuidade entre a pobreza dos trabalhadores e a pobreza dos assistidos é o traço marcante dos processos contemporâneos de marginalização de amplas frações das classes populares, o que contradiz a tese da “exclusão” que dissocia esses fenômenos das formas modernas de exploração (cf. BOUFFARTIGUE, 1993; LA ROCHÈRE, 2003). Isso não subtrai coisa alguma do papel das relações sociais específicas de dominação – ligadas ao sexo, à geração ou à idade, à estigmatização das origens étnicas etc. – na dinâmica da precarização salarial e social.

Evolução dos grupos sociais: 1962-2002

	1962		1975		2002		Evolução relativa % 1962-2002		% mulheres	
	Efetivos (milhares)	%	Efetivos (milhares)	%	Efetivos (milhares)	%	%	%	1962	2002
Agricultores	3.045	15,9	1.488	6,4	639	2,45	- 79		38,4	32,4
Artãos, comerciantes	2.084	10,9	1.793	7,7	1.473	5,7	- 29		35,3	29,8
Chefes de empresa dentro os quais										
Artesãos	1.039	5,4	915	4	715	3,9	- 31		25	23,3
Comerciantes	941	4,9	772	3,3	675	2,6	- 28		48,8	39,9
Chefes de empresa	104	0,5	106	0,5	125	0,6	20		15,4	14,4
Quadros, prof. liberais										
Intelectuais	892	4,7	1.863	8	3.656	14	310		16,3	36,3
Prof. intermediários	2.114	11	4.225	18,2	5.442	18,9	157		33,9	47,2
Empregados	3.535	18,5	6.097	26,3	7.831	28,2	121		66,4	75,7
Operários	7.488	39,1	7.695	33,2	6.999	26,9	- 6,5		19,6	20,7
Total	19.158	100	23.161	100	26.039	100	35,9		34,4	45,8

Categorias socioprofissionais individuais da população ativa. Fonte: INSEE, 1962, Censo 1975 e 2002: Pesquisa de emprego.

Turvação das classes de outrora, novas formas da dominação social

Se uma leitura das dinâmicas macrossociais em termos de relações de classe permanece cheia de atualidade, o enfraquecimento considerável dos sentimentos de pertencimento de classe – particularmente evidente no mundo inteiro – deve também ser elucidado, depois de ter sido, entretanto, relativizado. Assim, examinada de perto, a ligação entre a condição social e o comportamento político não desapareceu. Estudos recentes mostram o papel acentuado da clivagem entre o setor público e o setor privado,⁷ e também o papel mais amplo da situação de trabalho e de emprego dos assalariados, examinada de perto, na estruturação dos votos. O salariado modesto e intermediário aparece diferenciado, além de seu pertencimento aos mundos do público e do privado, no interior do próprio setor privado: assim, os operários e os empregados da pequena produção, do comércio e dos serviços se mostram mais propensos à abstenção e à extrema direita, ao passo que o modesto salariado das grandes empresas industriais inclina-se claramente à esquerda (cf. GOUX E MAURIN, 2004).

Diversos processos podem ser notados no declínio do pertencimento subjetivo de classe. O mais decisivo é sem dúvida o movimento de afirmação do sujeito, designado por N. Elias como uma tendência de longa duração de emergência de uma “sociedade de indivíduos”. Por outro lado, como já se disse, a mundialização capitalista repercute no Estado-nação, que era a matriz anterior da construção da configuração de classes e dos compromissos sociopolíticos que a fundavam: o adversário capitalista e patronal parece ter se dissolvido ao mesmo tempo que luta eficazmente em matéria de dessolidarização do mundo do trabalho, e os próprios governos tendem a invocar sua impo-

⁷ Sobre a orientação à esquerda dos assalariados do setor público, relativamente cada vez mais marcada, ver Meyer (2003).

tência perante a lógica da mundialização capitalista. Mais ainda, é nesse quadro nacional que a luta de classes tinha conquistado sua legitimidade para disputar com a burguesia o interesse geral, com base em um compromisso sociopolítico fundado numa visão comum de “progresso”: quando esse quadro se decompõe e a classe dominante avança sobre um espaço mais vasto, o salariado não deveria fazer de si o portador do interesse geral em novas escalas? Múltiplas relações sociais de dominação, não derivadas da relação de classe, alimentam construções ou recuos identitários, o que pode ser visto a propósito dos comunitarismos ou da xenofobia, que progridem nos meios populares no mesmo ritmo em que neles recuam as solidariedades de classe. E tanto a dominação social como as resistências que ela provoca tendem a tomar a forma de uma confrontação entre a aspiração à realização de si e a ordem social, segundo canais, portanto, bem diferentes daquilo que as antigas culturas de luta construíam como definição de injustiça.

Compreender, para além da relação de exploração e de dominação capitalista, o conjunto das relações sociais e as modalidades de dominação que as ultrapassam requer que se pense com ferramentas conceituais diferentes daquelas legadas por Marx. De Weber a Bourdieu e a Touraine, a sociologia trouxe muito à compreensão desse processo. Levá-lo em conta permite esclarecer muitos aspectos das dinâmicas recentes dos grandes grupos sociais. É necessário ir mais longe na análise das metamorfoses dos mecanismos e das formas de dominação social, que entraram em disjunção manifesta com as antigas culturas políticas, em particular com as visões classistas. A incapacidade dessas culturas de conferir sentido às experiências da dominação exprime e entretém esta última. Se for “preciso defender a noção de classe, pois ela designa a presença e a força dos mecanismos de dominação social” (DUBET, 2003), deve-se levar em conta o fato de que estes últimos podem ser definidos hoje pela “impossibilidade objetiva de construir uma experiência subjetiva” (DUBET, 2003).

A dominação é uma relação social assimétrica entre dois protagonistas, em que um deles está em posição de impor ao outro – por meio de uma dinâmica que oscila entre constrangimento e consentimento – um jogo e suas regras, incluindo as categorias de pensamento e de ação. Trata-se de uma dupla confrontação socializadora, ao mesmo tempo com o outro protagonista e com o que está em jogo, que estrutura essa relação social (cf. ZARIFIAN, 2003). Ora, se seguirmos Danilo Martucelli (2003), o problema é que: 1) as experiências contemporâneas da dominação a tornam mais dificilmente imputável a um ator identificável e dotado de uma intenção de dominação; 2) a dominação passa menos pela interiorização de normas coerentes – as formas de controle social se dessincronizam –, que por diferentes processos de responsabilização individual; 3) os estados normais de dominação e as provas pessoais que atuam nela estão grandemente desconectados tanto das estratégias dos dominantes como dos movimentos de contestação dos dominados. De onde a importância dos temas da dignidade e do respeito pela pessoa e por seus direitos nas contestações da dominação. Mas, na medida em que estas últimas podem ficar muito aquém da denúncia de uma injustiça coletiva – o autor insiste sobremaneira nesse aspecto –, elas podem nutrir uma contestação radical da ordem do mundo.

Tais transformações dos modos de dominação estão relacionadas em parte com aquelas das formas de individualidade social. A afirmação do “eu” no mundo operário foi possibilitada pelas conquistas sociais do pós-guerra e pela abertura das oportunidades de promoção social, em particular de uma geração para a outra, por meio da mobilização escolar. Socialização e individuação caminham, então, de braços dados. Essa mutação contribuiu para solapar os fundamentos das antigas formas de consciência e de ação de classe, em muitos aspectos machistas, coletivistas e delegatárias, no mesmo momento em que o retorno da relação de força política entre as classes expunha as camadas populares à volta da precariedade e do encurtamento dos horizontes. A atomização e a individualização

progridem então em detrimento da individuação (cf. LE LAY, 2003): o recuo das proteções sociais favorece a batida em retirada privativa, numa lógica de sobrevivência, ao passo que seu desenvolvimento autoriza novos modos coletivos de engajamento, que têm mais respeito para com as individualidades. A força do liberalismo e do “novo espírito do capitalismo” é favorecer as aspirações à autonomia pessoal e à realização de si que foram explodidas na esteira das mutações sociais do período de crescimento do pós-guerra. Sua fraqueza está na incapacidade de criar a partir delas suas condições objetivas, apesar da tendência a fazer de cada sujeito o responsável de si mesmo por seus fracassos e infelicidades.

Se concordarmos com Alain Bertho (1999), na esfera do trabalho, cuja feição ultrapassa agora completamente a da antiga fábrica e de seu espaço-tempo disciplinar, como na vida social em seu conjunto, a dominação tomaria cada vez mais a forma da confrontação de uma subjetividade, de uma criatividade, com normas preestabelecidas. Mas essa contradição entre a experiência individual e a ordem social não engendra somente sofrimentos ou violências por falta de normatividade – a capacidade de criar novas normas (cf. CANGUILHEM, 1954) –, de conflito pleno de sentidos, de política, em resumo, da visão de outra ordem social possível. Cabe ao militante a tarefa de acender essa experiência, transformando o móbil subjetivo em finalidades sociais. Com a condição de que, sem que seja necessário dizer, esse militante rompa com a raiz militar de sua identidade simbólica, a de agente de um aparato, e engaje a si próprio como sujeito.

Novas faces das lutas emancipadoras

A sociologia sempre esteve menos à vontade com a análise dos processos emancipatórios do que com a análise da dominação, como testemunha a escassez da pesquisa científica sobre as lutas e os conflitos. Melhor dizendo, a sociologia mais virulenta no desvelamento

das relações de dominação é cega às “mutações subjetivas das ‘classes populares’”, por exemplo quando a igualdade é levada ao pé da letra e a atribuição da identidade operária é recusada com veemência (cf. CINGOLANI, 2003). Segundo Bertho (1999), é o fato de não se perceber que o pensamento popular é sempre normativo e prescritivo – “o pensamento que se esclarece do pensamento do que deveria ser” –, é a cegueira diante do fato de que os possíveis (subjetivos) fazem parte do real (objetivo), que conduzem a sociologia clássica a se privar da capacidade de pensar o advento, o conflito que não seja simples “falha”. O “movimento social” será visto de bom grado como “corporativista”, ao passo que é possível identificar nesse movimento novos meios de politização nos quais as relações entre o singular e o universal, o local e o global, é bem mais imediata que no passado. O paradoxo é somente aparente, se se admite, dessa vez junto com Philippe Zarifian (1997; 2002), que os processos de singularização das individualidades se realizam por meio daquilo que está em jogo e que é objetivamente mundializado: o par “individualidade social” e “comunidade humana concreta (mundializada)” deve ser substituído pela dupla ficção do “indivíduo” e da “sociedade”.

É inicialmente a partir do exame da renovação da conflitualidade social que se pode esperar entrever as dinâmicas sociopolíticas aptas a unificar a massa do mundo salarial, muito doente e esfacelada pelas lógicas neoliberais. Deixa-se aqui de lado uma multidão de lutas – desempregados, migrantes ilegais, mulheres das “periferias”, homossexuais –, freqüentemente radicais, que intervieram ao longo da última década, similares às experiências estimulantes de crítica dos critérios de gestão capitalistas (cf. LOJKINE, 1996), para evocar os grandes movimentos sociais de 1995 e 2003.

As contra-reformas de inspiração neoliberal que atingiram o sistema de proteção social e de aposentadoria provocaram mobilizações populares de grande envergadura, nas quais o setor público desempenhou um papel central. Em 1995, o núcleo duro da mobilização foi constituído pelos trabalhadores dos transportes públicos, em

luta ao mesmo tempo por reivindicações “particulares” – contrato de plano Estado-SNCF, contestação dos regimes especiais de aposentadoria – e por reivindicações “universais”, como a “reforma” mais ampla da proteção social. Em 2003, os docentes parecem ter substituído os ferroviários e os condutores de metrô. Desse ponto de vista, o conflito prolonga e acentua o papel desempenhado pelos grupos de assalariados do setor público, relativamente protegidos e qualificados em relação à situação do salariado popular do setor privado. Encontramos aqui, igualmente, a importância das formas de auto-organização, de democracia direta e de desconfiança da política instituída, assim como a valorização da civilização para além das reivindicações corporativas, associada à simpatia da opinião pública, dos assalariados do setor privado e das pessoas em situação precária. Porém, nos dois casos, esses componentes do mundo do trabalho mantêm-se afastados, sem dúvida porque, para além dos seus próprios obstáculos objetivos à ação coletiva, eles não podem se reconhecer plenamente nesses movimentos.

As frações assalariadas mais combativas hoje não são, portanto, as mais exploradas e as mais precarizadas – na verdade, isso nunca foi realmente verdade, mas o fenômeno adquire proporções novas –, e os conflitos articulam mais diretamente que antes aquilo que está em jogo para uma determinada categoria, para uma classe e para a civilização inteira. Tudo se passa como se, na nova fase de acumulação capitalista, a classe dominante fosse estrangida a engajar-se numa prova de força com um bastião da resistência aos valores do liberalismo: o salariado do Estado e das grandes empresas públicas. O resto dos assalariados poderá reconhecer-se ainda melhor nesse combate? E colocar-se em movimento por sua vez em torno de reivindicações unificadoras?

Quanto ao papel central desempenhado pelos docentes em 2003, deve-se ver nele um sinal do engajamento dos “quadros” na luta de classes? De certa maneira, sim, pois os docentes fazem parte da categoria dos “quadros e profissionais intelectuais superiores”. Mas de

outra maneira não, pois se trata de um componente bastante específico entre os “quadros”: administradores públicos, inicialmente, e “quadros” muito feminizados em seguida,⁸ e finalmente “quadros” expostos muito diretamente à contradição entre os sentidos de sua atividade e os efeitos das orientações neoliberais. Trata-se, sem dúvida alguma, do componente mais sindicalizado e mais militante dos “quadros”. O saldo é que o ano de 2003 irá para os registros como aquele que viu pela primeira vez um engajamento massivo e frequentemente radical de um componente maior do salariado intelectual. O ano de 2004 confirmou essa tendência, com a excepcional popularidade alcançada pela luta dos pesquisadores do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) testemunhando que esse grupo é percebido pela população em suas dimensões nacional e civilizacional, muito além de sua simples dimensão corporativa.

O movimento altermundialista compartilha de algumas dessas características: animado pelas classes intermediárias assalariadas do setor público, tem uma grande audiência na opinião pública, sem dúvida porque consegue dar forma, por meio de objetivos precisos, a uma preocupação e a uma crítica social mais difusas. Compreende-se por que uma associação como a ATTAC fez do desenvolvimento de sua implantação nas camadas populares uma prioridade.

Os trunfos e os limites dos movimentos de 1995 e de 2003 assemelham-se desta maneira: de um lado, uma inegável radicalidade, associada a uma oposição frontal à lógica da remodelagem neoliberal da sociedade, e uma simpatia majoritária ancorada na rejeição massiva dessa remodelagem; de outro, a dificuldade de estender a luta aos trabalhadores do setor privado e aos setores mais precarizados levando à ausência de uma perspectiva alternativa crível; e a dificuldade de transferir a revolta contra os projetos governamentais

⁸ Esse aspecto do engajamento feminino nas lutas sociais não é inteiramente novo – como por exemplo no caso de enfermeiras, assistentes sociais etc. –, mas ele mereceria estar colocado no centro da reflexão.

para os debates coletivos de confronto e de união das experiências profissionais pessoais, para fazer avançar a aspiração de trabalhar e viver de maneira diferente. Acrescente-se a isso a dimensão ainda muito exclusivamente nacional do movimento.

Mas o avanço da ação altermundista oferece uma perspectiva potencial de coordenação dessas lutas sob o enfoque de um novo internacionalismo, em concordância com os novos desenvolvimentos da acumulação de capital. Paradoxo de uma luta de classes que se agudiza enquanto seus protagonistas não podem mais reconhecer-se sob sua antiga ótica de grupos sociais separados, pois ela se refrata numa série de reivindicações civilizacionais de dimensão mundial.

* * *

É portanto necessário continuar a explorar os mecanismos dessas mobilizações sociais e políticas enquanto dimensão decisiva da dinâmica das classes sociais. Aliás, é sobretudo nesse plano que se dá a clivagem entre sociologias que reafirmam seu interesse pelo conceito de classes sociais, antes de tudo de acordo com uma preocupação de manutenção de uma visão crítica da ordem social, e uma sociologia inicialmente preocupada com a elucidação da contribuição potencial das lutas para a superação do antagonismo de classes. Muitas questões estão diante de nós. O movimento sindical será capaz de ampliar suas reivindicações para o reconhecimento das novas faces do trabalho, para além do emprego? Sob quais condições as convergências de fundo poderão, num entrecruzamento, estreitar os laços do movimento operário e do movimento altermundialista? Que papel a referência aos valores e às comunidades concretas – classes, nações, etnias, terra natal – desempenhará na resistência à universalização mercantil e na invenção de um novo internacionalismo? Como pensar o novo projeto político coletivo portador da alternativa social?

Referências bibliográficas

- BERTHO, Alain. *Contre l'Etat, la politique*. Paris: La Dispute, 1999.
- BIDET, Jacques. La structure de classe de la société capitaliste. *Mouvements*, n. 26, março, 2003.
- BIHR, Alain & PFEFFERKORN, Roland. Du système d'inégalités aux classes sociales. In: BOUFFARTIGUE, Paul (org.). *Le retour des classes sociales. Inégalités, dominations, conflits*. Paris: La Dispute, 2004.
- BOUFFARTIGUE, Paul (org.). *Le retour des classes sociales. Inégalités, dominations, conflits*. Paris: La Dispute, 2004.
- . Les métamorphoses de l'armée industrielle. *Politis la Revue*, n. 4, 1993.
- CANGUILHEM, Georges. *Le normal et le pathologique*. Paris: PUF, 1954.
- CHAUVEL, Louis. Le retour des classes sociales. *Revue de l'OFCE*, n. 79, 2001.
- . Le renouveau d'une société de classes. In: BOUFFARTIGUE, Paul (org.). *Le retour des classes sociales. Inégalités, dominations, conflits*. Paris: La Dispute, 2004.
- CHOPART, Jean-Noël & MARTIN, Claude (org.). *Que reste-t-il des classes sociales?* Rennes: ENSP, 2005.
- CINGOLANI, Patrick. *La république, les sociologues et la question politique*. Paris: La Dispute, 2003.
- COUTROT, Laurence. Les catégories socioprofessionnelles: changement des conditions, permanence des positions? *Sociétés Contemporaines*, n. 45-46, 2002.
- DUBET, François. Que faire des classes sociales. *Lien Social et Politiques*, n. 4, 2003.
- DUMÉNIL, Gérard & LÉVY, Dominique. *Economie marxiste du capitalisme*. Paris: La Découverte, 2003.
- DELAUNAY, Jean-Claude. Hyperpuissance américaine, phénomène national et capitalisme monopoliste financier. *La Pensée*, n. 335, julho-setembro, 2003.
- GOUX, Dominique & MAURIN, Eric. Anatomie sociale d'un vote. *Le Monde*, 14 de abril, 2004.
- JACOT, Henri & LE DUIGOU, Jean-Christophe. *Capitalisme patrimonial ou nouveau statut salarial*. Paris: VO Editions-L'Harmattan, 2000.
- LA ROCHÈRE, Bernadette de. Les sans domicile ne sont pas coupés de l'emploi. *INSEE Pmière*, n. 925, outubro, 2003.

- LE LAY, Stéphane. Individuation, individualisation, atomisation. Malentendus de classes. *Mouvements*, n. 23, março, 2003.
- LOJKINE, Jean. *Le tabou de la gestion*. Paris: Editions de l'Atelier, 1996.
- MARTUCELLI, Danilo. Retour sur la domination. *Recherches sociologiques*, v. XXXIV, n. 2, 2003.
- MEYER, Nonna. Que reste-t-il du vote de classe? Le cas français. *Lien Social et Politiques*, n: 49, primavera, 2003.
- MOLINIER, Pascale. *L'énigme de la femme active. Travail, sexe et compassion*. Paris: Payot, 2003.
- NEGRI, Antonio & HARDT, Michael. *Empire*. Paris: Exils, 2000.
- SCHWARTZ, Olivier. *La notion de "classes populaires"*. Tese de habilitação para orientação de pesquisas em Sociologia, Université de Versailles-St. Quentin-en-Yvelines, 1998.
- THÉLOT, Claude & SINGLY, François de. *Gens du privé, gens du public. La grande différence*. Paris: Dunod, 1988.
- VÁRIOS. Les nouveaux rapports de classe. *Actuel Marx*, n. 26, 1999-2002.
- . Classes, exploitation. Totem ou tabou?. *Mouvements*, n. 26, 2003-2.
- . *Classes sociales: retour ou renouveau*. Forum Européen, Espaces Marx. Paris: Syllepse, 2003.
- ZARIFIAN, Philippe. *Eloge de la civilité*. Paris: L'Harmattan, 1997.
- . *L'émergence d'un peuple monde*. Paris: PUF, 2002.
- . *A quoi sert le travail?*. Paris: La Dispute, 2003.